

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

O Liberal

Class.:

93

Data:

20/ 11/92

Pg.:

**GRUPO MAGINCO  
MAGINCO — MADEIREIRA ARAGUAIA S/A COM. IND. E AGROPECUÁRIA  
ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

A Direção do GRUPO MAGINCO lamenta e repudia o ilegal, violento e intolerante procedimento de pessoas que, gastando centenas de milhões de cruzeiros em longo deslocamento e dizendo-se seguidores da Organização Internacional denominada Greenpeace, invadiram, em 17/11/92, unidade industrial de empresa do Grupo, em Rio Maria, Pará, ocupando suas instalações durante cerca de uma hora, quando promoveram encenações propagandísticas e intimidatórias, a pretexto de "protestar contra o corte predatório de mogno na Região", sempre no repetitivo e inverídico tom discursivo, sem qualquer base em fatos reais ou em elementos técnicos, dando continuidade à impatriótica e vã tentativa de bloquear, no interesse de competidores externos, a racional exploração do potencial madeireiro da Amazônia, notória vocação sócio-econômica regional.

Essa atitude, não só agride direitos de empresários que exercem atividade lícita, como, também, desrespeita a Lei Brasileira e as Autoridades Constituídas, pretendendo sujeitá-las a pressão ilegítima, via escandalosas figurações, destinadas a utilização no mais fútil propagandismo.

Esclarecemos, na oportunidade, facts ao episódio que:

- 1— As empresas do GRUPO MAGINCO atuam de forma transparente, mantendo, só no Estado, mais de 923 empregos, gerando substanciais divisas e tributos, estando sua situação perante o IBAMA totalmente regular e realizando-se suas exportações, conforme pode atestar o DECEX, de forma integralmente subordinada à Lei e aos regulamentos aplicáveis.
- 2— As empresas mantêm, devidamente regularizados, há muitos anos, no IBAMA, Projetos de Manejo e Reposição/Enriquecimento Florestal, que se desenvolvem naturalmente, um dos quais próximo à fábrica invadida pelo Greenpeace, tendo seus militantes, os invasores, recusado, por motivos óbvios, convite que, na ocasião, lhes foi feito para visitar a área, quando teriam contacto com realidade que, com má-fé, insistem em ignorar.
- 3— É falsa a afirmação da Greenpeace de que a MAGINCO retirou ilegalmente madeiras de reservas indígenas. A última vez que retiramos madeiras de reserva indígena foi em 1988, com base em regular, público, legal e cristalino contrato com a própria FUNAI.
- 4— Quanto às alegações outras do Greenpeace, inclusive no que concerne à ameaça de "extinção do mogno", em reiteração de surradas e vazios slogans que usam para defender interesses antinacionais, os Órgãos de Classe do Setor, especialmente a AIMEX, já ofereceram ao Ministério do Meio Ambiente e ao IBAMA, e demais Autoridades Competentes, documentos e exposições, inclusive estudos técnicos, que demonstram a carência de qualquer fundamento sério que possa respaldar tais condutas encenatórias e de ilegítimas pressão e intimidação, já em si condenáveis.

Belém (PA), 20 de novembro de 1992.  
A ADMINISTRAÇÃO DO GRUPO MAGINCO